

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº AVULSO

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 09 DE MARÇO DE 1999

ANO XXV

## Mesa Diretora

**ANIBAL KHURY**

Presidente - PFL

**NELSON JUSTUS**

1º Vice-Presidente - PTB

**CAÍTO QUINTANA**

2º Vice-Presidente - PMDB

**NELSON GARCIA**

3º Vice-Presidente - PFL

**HERMAS BRANDÃO**

1º Secretário - PTB

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Secretário - PPB

**RENATO GAUCHO**

3º Secretário - PSDB

**ÂNGELO VANHONI**

4º Secretário - PT

**LUIZ CARLOS ZUK**

5º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PTB</i> .....	
<i>PMDB</i> .....	<i>Orlando Pessuti</i>
<i>PPB</i> .....	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i> .....	<i>Péricles de Holleben Mello</i>
<i>PDT</i> .....	
<i>PSDB</i> .....	
<i>PL</i> .....	<i>Edno Guimarães</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Ricardo Maia</i>
<i>PSC</i> .....	<i>Chico Noroeste</i>

## Representação Partidária

*PFL - 10 - Anibal Khury - Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Lino Rusch - Hidekazu Takayama - Luiz Carlos Alborghetti - Luiz Carlos Martins (suplente) - Marcos Isfer - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães; PTB - 10: Ademar Luiz Traiano - Algaci Túlio - Beto Richa - Carlos Simões - Cezar Silvestri - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Nelson Justus - Ricardo Chab - Valdir Rossoni; PPB - 07: Augustinho Zucchi - Divanir Braz Palma - Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Tiago Amorim Novaes; PMDB - 07: Ademir Bier - Antonio Annibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Waldir Pugliesi; PSDB - 06: Antonio Carlos Baratter - José Maria Ferreira - Luiz Fernandes da Silva (Litro) - Pastor Edson Praczyk - Renato Gaucho - Serafina Carrilho; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Péricles de H. Mello; PDT - 03: Edgar Bueno - Luiz Carlos Zuk - Moysés Leônidas; PL - 02: Edno Guimarães - Geraldo Cartário (licenciado); PSB - 02: Antonio Carlos Belinati - Ricardo Maia; PSC - 02 - Chico Noroeste - Miltinho Puppio; SEM PARTIDO: Neivo Beraldin.*

## Proposta de Emenda Constitucional:

PROPOSTA DE EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 012/99

Art. 1º - Acresce ao *caput* do Art. 27 da Constituição do Estado do Paraná o princípio da economicidade.

Art. 2º - Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08.03.99.

(a) IRINEU COLOMBO

Apoiamento:

Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Péricles Mello, Nelson Justus, Ângelo Vanhoni, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Ademir Bier, Ademar Traiano, Edson Strapasson, Neivo Beraldin, Caíto Quintana, Hermas Fonseca, Nereu Moura, Algaci Túlio, Edno Guimarães, Durval Amaral, Edson Praczyk, Edgar Bueno, Miltinho Puppio, Luiz Accorsi, Cleiton Kielse, Cesar Seleme, Elio Rusch, Antonio Carlos Belinati.

JUSTIFICATIVA:

O art. 27 da Carta Estadual e 37 da Federal, *caputs*, estatuem princípios que devem reger a Administração Pública direta, indireta e fundamental de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e Municípios, tais como da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade entre outros que estão implícitos no decorrer dos diversos incisos, alíneas e parágrafos.

Basicamente, esses princípios denotam a preocupação com a coisa pública, com ênfase a uma administração correta, justa e transparente. Todavia, nota-se que para uma melhor ordenação sistemática e racional, se faz necessária a adição de mais um princípio, o da economicidade. Princípio este essencial para um país como o Brasil, com tantos problemas a resolver, com tantas mazelas, com

tantos sem teto, com tantos sem comida, com tantos sem emprego, e outros tantos sem, que formam o grande grupo de marginalizados do sistema federativo.

De outro lado, está o sempre, alto índice, de sonegação de impostos, que afeta sobremaneira, a Administração e seus administrados, além de uma economia, na maioria das vezes instável. Enfim, é inadmissível, impatriótico e desumano o desperdício de recursos públicos frente as graves carências sócio-econômicas.

Portanto, é no sentido ético-jurídico, de alcance político-social, que apresentamos esta emenda, visando, sobretudo dentre os princípios norteadores da Administração, o da economicidade.

Desta forma, poderá se evitar que o governo gaste excessivamente, sem prioridades e sem critérios, com produtos, obras e serviços. Posto que, permite repensar e melhor atuar no combate as profundas desigualdades sociais e regionais que estão desatendidas. Desatendimento motivado, principalmente pelo desperdício, pela irracionalidade no gasto do dinheiro público. Há que se ter em conta o real papel do Estado, voltado ao bem comum, e cumprindo os objetivos fundamentais inscritos em nossa vigente Carta Magna republicana no art. 3º.

“Art. 3º - Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II - garantir o desenvolvimento nacional;

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”.

Para melhor concretizar este princípio em nosso Estado, oportunamente, via projeto de lei, detalharemos a sua aplicação. Mas, já adiantando, em nome de nossa função parlamentar, e de nosso Estado e de nosso povo, peço o consentimento para sua aprovação, além é claro, desta presente emenda.